



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 361/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00279 - Protocolo SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Logística e Transportes

**UNIDADE:** Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso a informações, atualizadas e em formato digital, conforme especifica: 1- relatório integral de respostas (perguntas e respostas) ao questionário do sistema e-Prevenção/PNPC, 2- relatório integral de diagnóstico fornecido pelo sistema e-Prevenção/PNPC, relativas ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC, lançado em 20/05/21.. Atendimento extemporâneo. Perda de objeto.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 361/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta motivou o presente apelo cabível à esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instada a se manifestar, a Pasta informou que os relatórios solicitados foram enviados em tempo hábil e apresentou resultado de busca realizada no sistema da Rede de Controle e Gestão Pública, onde consta que o DAESP já concluiu o questionário de avaliação. Informou ainda, que o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, teve sua extinção efetivada por meio do Decreto 66.663, de 14 de abril de 2022. Cientificado, o cidadão não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).
4. Considerando que a Pasta atendeu a demanda, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de novembro de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 11/11/2022 às 14:25:28.

CGEDES202204622A

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202204622A